



# DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios ou à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

		ASSINATURAS	
As 3 séries . . . . .	Ano 2.º	Semestre . . . . .	110\$
A 1.ª série . . . . .	80\$	" " "	42\$
A 2.ª série . . . . .	70\$	" " "	37\$
A 3.ª série . . . . .	70\$	" " "	37\$

Aviso: Número de duas páginas \$20;  
de mais de duas páginas \$20 por cada duas páginas

O preço das ... (número contínuo) é  
de 2\$ a linha, acrescido de \$03 de selo por cada  
um. Exceptuam-se os casos previstos no § único  
do artigo 3.º do decreto n.º 9:120, publicado no  
*Diário do Governo* n.º 197, 1.ª série, de 13-ix-1923.

## SUMÁRIO

### Ministério das Finanças:

Nota do ágio do ouro e o câmbio médio no 4.º trimestre de 1923, a aplicar sobre as contribuições, impostos e taxas representadas em ouro ou moeda estrangeira.

### Ministério da Marinha:

Decreto n.º 9:369 — Substitui as alíneas g) do n.º 31.º da tabela C e n.º 28.º da tabela D anexas ao regulamento de saúde naval, nos n.ºs 31.º e 28.º, respectivamente, alínea g): hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha e ouvida a Comissão Técnica de Saúde Naval, decretar o seguinte:

Decreto n.º 9:370 — Estabelece o regime disciplinar escolar dos aspirantes de marinha, dos aspirantes a engenheiros macinistas e dos aspirantes de administração naval.

### Ministério do Comércio e Comunicações:

Rectificação à parte final da relação de melhorias a abonar ao pessoal dos diversos serviços do Ministério, publicada no *Diário do Governo* n.º 4, de 7 do corrente mês.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Direcção Geral das Contribuições e Impostos

#### 2.ª Repartição

Para cumprimento do disposto no artigo 59.º da lei n.º 1:368, de 21 de Setembro de 1922, se publica o ágio do ouro e o câmbio médio no 4.º trimestre do ano de 1923, a aplicar sobre as contribuições, impostos e taxas representadas em ouro ou moeda estrangeira:

Ágio do ouro . . . . .	2:520 %
Libra . . . . .	2 5/126
Francos franceses . . . . .	1:49
Florins . . . . .	10:15
Pesetas . . . . .	3:48(6)
Francos belgas . . . . .	1:25(2)
Liras . . . . .	1:17(5)
Dólares . . . . .	26:43
Francos suíços . . . . .	4:65(8)
Réis brasileiros . . . . .	2:49

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, 8 de Janeiro de 1924. — O Director Geral, *Herculano da Fonseca*.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Majoria General da Armada

#### Repartição do Pessoal

#### Decreto n.º 9:369

Convindo restringir ao razoável e harmónico com as exigências do serviço, quanto à agudeza auditiva, o que se acha preceituado nas tabelas C e D anexas ao regulamento de saúde naval, nos n.ºs 31.º e 28.º, respectivamente, alínea g): hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha e ouvida a Comissão Técnica de Saúde Naval, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As alíneas g) do n.º 31.º da tabela C e n.º 28.º da tabela D, anexas ao regulamento de saúde naval, são substituídas pela seguinte:

Alínea g) «Perfuración de ambos os timpanos ou larga perfuração de um com agudeza auditiva reduzida ao mínimo.»

Art. 2.º Às observações que esclarecem e completam o preceituado nas tabelas C, C' e D adicionar-se há o seguinte:

Observação 13.º O limite mínimo da agudeza auditiva normal fixar-se há em: meio metro para a voz ciciada; cinco metros para a voz alta ou falada; dez metros para a voz gritada ou de comando.

Para os artífices, enfermeiros e serviços poderão estes limites ser reduzidos à quarta parte.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 9 de Janeiro de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — Fernando Augusto Pereira da Silva.

## Comando Superior das Escolas de Marinha

#### Decreto n.º 9:370

Tendo-se reconhecido na prática que a aplicação do regulamento disciplinar da armada aos aspirantes de marinha não satisfaz na parte relativa a faltas escolares, que, pela sua natureza, têm de ser corrigidas de forma diversa da que se aplica a oficiais, e sendo também conveniente habilitar a autoridade superior a poder eliminar da companhia dos guardas-marinhas os alunos que demonstrarem durante o ensino qualidades que façam prever serem de futuro elementos nocivos para a corporação da armada, o que representa a aplicação na